

APRESENTAÇÃO

Rafael Lima Ribeiro¹

A sexta edição da Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – RBDCA, que se apresenta, possui artigos de história do direito; direito penal e direito processual penal; direito de família e direito administrativo. Se aparentemente há uma miríade de assuntos, em um ponto esses assuntos se conectam: o direito constitucional aplicado.

Nesse sentido, quando se diz que há um ponto em comum entre os artigos, o direito constitucional, quer-se dizer que esses discutem as normas de organização do Estado e os direitos humanos, direitos fundamentais, uma vez que expressos em nosso texto constitucional.

Todos os textos em seu âmago dialogam com um ponto do direito constitucional, o magistrado e sua função na perspectiva democrática, o novo conceito de família, o processo licitatório e as fundações de apoio, como expressão do direito administrativo constitucional, a presunção de inocência, a legalidade penal.

O primeiro artigo, intitulado “El desarrollo del sistema jurídico inglés y los principales efectos de brexit en el Reino Unido” escrito pela Professora Doutora Vanessa Massaro, discute o desenvolvimento do direito inglês, desde a sua formação na origem da família Jurídica do Common Law até as atuais repercussões do Brexit no Reino Unido. Trata-se de discutir os fundamentos do direito inglês e a repercussão desses fundamentos para a compreensão de contemporâneas questões jurídicas envolvendo esse país.

¹ Editor-Chefe da Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado. Doutorando em Direito Penal e Mestre em Direito Internacional, ambos pela PUC-MG e ambos com bolsa da CAPES; Especialista em Ciências Penais e Bacharel em Direito. Professor do Centro de Ensino Superior de São Gotardo-CESG.

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 3 – nº 2 – Jul./Dez. de 2016	Trabalho 01 Páginas 01-03
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

O segundo artigo, intitulado “De Pilatos a José de Arimatéia: uma visão do magistrado na história e seus reflexos na democracia”, escrito pelo magistrado e professor mineiro, Doutor Lailson Braga Baeta Neves, em coautoria com o Professor Doutor Edimur Ferreira de Faria, descreve a competência e a conduta dos membros do sínédrio, Pilatos e José de Arimatéia, no julgamento de Jesus de Nazaré, a fim “informar e analisar as referências históricas deles sob a ótica da democracia; sobretudo, nos meios judiciais, trazendo tal análise para a contemporaneidade”.

O terceiro artigo, intitulado “instrumentos para prevenir a opressão e a tirania recepcionados pelo constitucionalismo brasileiro” do Juiz Federal aposentado, Paulo Fernando Silvera, discorre sobre a influência do constitucionalismo estadunidense ao direito constitucional brasileiro, destacando-se o tribunal do júri, a separação dos poderes, o republicanismo e o federalismo, como meios de limitação à concentração de poderes e, portanto, mecanismos aptos a propiciar a preservação dos direitos individuais e o florescimento da democracia.

O quarto artigo, “Direitos Humanos: o princípio da legalidade penal”, de autoria do Doutorando em Direito Penal pela PUC Minas, Alexandre Luiz Alves de Oliveira, tece considerações sobre a expressão “Direitos Humanos” e suas dimensões, enfatizando-se, o princípio da legalidade, como ensejador de igualdade formal e o princípio da legalidade penal, com uma conotação específica, capaz de trazer um rol de garantias ao cidadão frente ao direito de punir estatal.

O quinto artigo, intitulado “A aplicabilidade do princípio do duplo grau de jurisdição no ordenamento jurídico brasileiro: uma análise a partir da ação penal 470”, de autoria de Ana Luiza de Almeida Fagundes em coautoria com o professor e Mestre em Direito Andrey Philippe de Sá Baeta Neves, apresenta um estudo do princípio do duplo grau de jurisdição com base no julgamento da Ação Penal 470, tendo em vista a extensão de competência do Supremo Tribunal Federal no julgamento dos réus que não possuíam foro por prerrogativa de função.

O sexto artigo, intitulado “Novas configurações familiares: estudo dos efeitos jurídicos e afetos”, de autoria da professora de psicologia e aluna do doutorado da UCES – Buenos Aires, Constance Rezende Bonvicini em coautoria

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 3 – nº 2 – Jul./Dez. de 2016	Trabalho 01 Páginas 01-03
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com

com Liege Bárbara Lopes Silva, analisa questões jurídicas e afetivas referentes às novas configurações familiares.

O sétimo artigo, intitulado “Autonomia universitária, fundações de apoio e tribunal de contas da união”, de autoria de Philippe Oliveira de Almeida, Pós Doutor em Direito pela UFSC e do advogado Yuri Luna Dias, discute a temática das fundações de apoio, tendo em vista a autonomia universitária e os procedimentos do Tribunal de Contas da União-TCU.

Por fim, o oitavo artigo, intitulado “Ainda sobre a possibilidade de leis estaduais e municipais em matéria de licitação” de autoria do Ex-Ministro da Justiça, professor da PUC-SP e doutorando em direito pela Universidade de Salamanca, José Eduardo Martins Cardozo, analisa a possibilidade do exercício de competência legislativa pelos entes estaduais e municipais em matéria de licitação. A análise sugere que diante da inércia e deficiência da norma geral possa haver normas específicas disciplinadoras de matéria licitatória.

Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado – ISSN 2446-5658 Vol. 3 – nº 2 – Jul./Dez. de 2016	Trabalho 01 Páginas 01-03
Centro de Ensino Superior de São Gotardo – CESG	
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/direitoconstitucional	periodicoscesg@gmail.com